

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 168

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 045ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE DEZEMBRO DE 2002**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Carlos Simões.

Às treze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PS�: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2698

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.2002.

(a) CARLOS SIMÕES

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 649/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2002, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 649/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2003, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A receita total apresenta a previsão da receita bruta, no montante de R\$12.945.533.040,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e três mil e quarenta reais) e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério - Fundef, no valor de R\$864.069.650,00 (oitocentos e sessenta e quatro milhões, sessenta e nove mil e seiscentos e cinquenta reais, ficando a despesa fixada no montante da receita líquida prevista.

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de Outras

Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 37 da Lei Estadual nº 13.727, de 15 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas

especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTA	R\$ 10.603.926.520
1.1 - Receitas Correntes	R\$ 9.315.138.010
1.2 - Receitas de Capital	R\$ 1.288.788.510
1.3 - Deduções Para o Fundef	R\$ 864.069.650
2. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADAS LÍQUIDAS	R\$ 9.739.856.870
2.1 - Receitas Correntes	R\$ 8.451.068.360
2.2 - Receitas de Capital	R\$ 1.288.788.510
3. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIA DO TESOIRO ESTADUAL)	R\$ 1.477.757
3.1 - Receita Correntes	R\$ 1.365.220.870
3.2 - Receitas de Capital	R\$ 112.536.250
4. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIA DO TESOIRO ESTADUAL)	R\$ 863.849.400
4.1 - Receitas Correntes	R\$ 658.088.400
4.2 - Receitas de Capital	R\$ 205.761.000
5. TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$ 12.081.463.390
5.1 - Receita Correntes	R\$ 10.474.377.630
5.2 - Receitas de Capital	R\$ 1.607.085.760

Seção III Dos Orçamentos

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita líquida em R\$11.217.613.990,00 (onze bilhões, duzentos e dezessete milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e noventa reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 4º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$863.849.400,00 (oitocentos e sessenta e três milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e Outras Fontes estão detalhados no Anexo V desta lei.

Seção IV Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2002, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação

Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2002, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IPG-DI, da Fundação Getúlio Vargas, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata esta artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Mobilidade de Aplicação e Obras

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública e com as Transferências Constitucionais aos Municípios, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 10% (dez por cento), por Unidade Orçamentária das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - Abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos I, II e III do Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Acordos e Convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque dos recursos financeiros tornados

disponíveis, dando ciência à Assembléia Legislativa do Estado;

IV - Abrir créditos adicionais até o limite de 08% (oito por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - Proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações, por Grupo de Fontes definidos neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base nos itens I e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei.

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos e Atividades Orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais com base no item I e IV deste artigo;

VIII - Abrir créditos adicionais para proceder ajustes de emendas, no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas.

IX - Processar a conversão da Fonte 41 - Retorno de Programas Especiais em Fonte 00 - Ordinário Não Vinculado nas indicações contidas no Anexo VI desta lei.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas e Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador, e proceder à abertura de créditos adicionais decorrentes, dando ciência à Assembléia Legislativa sobre o valor de cada transação e o destino conferido aos novos recursos.

Art. 12 - Ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 14 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 7º desta lei.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei, bem como abrir os créditos adicionais necessários à sua implementação.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes da transformação das Empresas Dependentes em não dependentes, por força do estabelecimento de contrato de gestão entre as Empresas e o Governo do Estado do Paraná, de acordo com o ajuste fiscal firmado junto ao Governo Federal, dando ciência

ao Poder Legislativo sobre todas as alterações decorrentes da presente autorização.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) sendo R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para atender ao Programa Estadual de Transporte Escolar, instituído pela Lei Estadual nº 11.721, de 20 de maio de 1997 e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) destinados ao Programa Estadual de Educação Especial, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, antes do início da execução orçamentária as adequações necessárias ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 10, de 16 outubro de 2001 - alteração dos artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para a realocação de recursos de investimentos e manutenção do Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal, indica-se os alocados inicialmente nesta lei, no Departamento da Polícia Civil.

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, antes do início da execução orçamentária, no Orçamento da Unicentro, os ajustes necessários ao cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 13.285 de 21 de dezembro de 2001 que estadualizou a Escola Superior de Ciências Agrárias - Esca - para implementar os cursos de agronomia e veterinária, utilizando como fonte de recurso os valores indicados no Anexo VI, desta lei.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder antes do início da Execução Orçamentária as adequações necessárias ao cumprimento da Lei nº 13.285, de 21 de dezembro de 2001, que autorizou a Estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneguel - Ffalm, e da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, serão utilizados os recursos destacados no anexo VI desta lei, na dotação 12364252.205 - Desenvolvimento do Ensino Superior na Unespar.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para o exercício de 2003 destinados a atender a implantação do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiro utilizando como fonte de recurso o ingresso da arrecadação na fonte de receita vinculada na sua lei de criação, até o limite de sua efetiva arrecadação.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos limites de que trata a Emenda Constitucional nº 29/2000 relativa à fixação dos gastos na área de saúde.

Art. 24 - Fica o Poder Executivo obrigado, no prazo de 60 (sessenta) dias de vigência desta lei, a disponibilizar informações atualizadas sobre planos, programas e atividades com valores previstos e realizados contidos nesta Lei de Orçamento, através dos meios eletrônicos e de livre acesso a todo cidadão.

Art. 25 - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar as ações necessárias para dar suporte à Secretaria de Estado de Obras Públicas para licitar e contratar as obras constantes nos Anexos V e VI desta lei.

Parágrafo Único - Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, executam-se as obras cujas execuções são de competência exclusiva do Departamento de Estradas e Rodagem - DER e Secretaria de Estado da Educação, exceto as previstas nos programas realizados pela Fundepar.

Art. 26 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes necessários para acrescer ao orçamento destinado ao Ministério Público o valor de R\$ 5.037.000,00 (cinco milhões e trinta e sete mil reais).

Art. 27 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da duplicação da presente lei.

Art. 28 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.12.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 743/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede em Mariluz e foro em Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 743/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Sebastião José Monteiro - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2002.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 744/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, declara de Utilidade Pública a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 744/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 745/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, declara de Utilidade Pública a Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Ensino Fundamental, com sede em Mariluz e foro em Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 745/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes - Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2002.

(a) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 746/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, declara de Utilidade Pública a Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 746/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Manoel Ribas - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Mariluz e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2002.

(a) **ALGACI TULIO**
Presidente e Relator

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 771/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/2002, que altera na estrutura organizacional do Poder Executivo - Secretarias de Estado, conforme especifica. **EMENDAS DE PLENÁRIO. APROVAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.**

Vamos analisar as emendas aprovadas em 2ª discussão: Emendas 01 e 02.

Aprovadas.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2002, que

objetiva a revogação da Lei nº 13.224 de 10 de julho de 2001 e restauração dos efeitos das Leis nºs 12.941/2000 e 12.945/2000, conforme especifica. (Cede imóvel Educandário Santa Felicidade à Organização Mundial da Família). **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Aprovado, artigo por artigo.

Com voto contrário do deputado Nereu Moura e da Bancada do PMDB.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/2002, que altera dispositivos dos artigos nºs 17, 34 e 35, da Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002 (Agência Reguladora de Serviços Públicos). **SEM PARECER.**

(O senhor presidente informa que foi retirado na Sessão anterior).

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/2002, que dispõe que a taxa de segurança de que trata o artigo 4º da Lei nº 7.257/79, de 30 de novembro de 1979, com suas alterações posteriores ficam acrescidas, na tabela 8, das subclassificações 8.1.11, 8.1.12, 8.1.13, 8.2.8, 8.2.9, e altera alíquotas de acordo com o anexo desta lei. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos deputados Nereu Moura, Edson Strapasson, Ademir Bier, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Pastor Edson Praczyk, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 726/2002

Inclua-se onde couber:

O item 4.1.3.4. da classificação 4.1.3 da tabela 4 da Lei nº 7.257/79 de 30 de novembro de 1979, com suas alterações posteriores, passa a vigor com a seguinte alíquota e valor:

Classificação	Discriminação	Anual	Mensal	Por vez/dia/mês	Valor em UFIRS
TABELA 4					
4.1.3	Boates, drive in, wiskarias, bares, restaurantes dançantes, discotecas, dancing ou cabarés e similares				
4.1.3.4	Sem show e sem dança		30%		10,5817

Sala das Sessões, em 12.12.2002

(aa) NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, PASTOR EDSON PRACZYK, ADEMIR BIER, CAÍTO QUINTANA, E ORLANDO PESSUTI

Como o projeto está incluído na Comissão Geral, designamos o deputado Edson Strapasson para relatá-lo.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, o Projeto nº 726/2002, no qual temos a emenda do deputado Nereu Moura, assinado por vários parlamentares, analisando esse projeto, entendemos ser favorável a sua tramitação quanto à constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovado o parecer do deputado Edson Strapasson.

Projeto aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/2002, que redefine os limites do Parque do Boguaçu, no município de Guaratuba, criado pelo Decreto Estadual nº 4.056/98, passando o referido parque a somar área de 6.660.6415 HA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 763/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado, objeto da matrícula sob nº 24.224, do Cartório de Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição da Comarca da Capital, conforme especifica. PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo. Com voto contrário da Bancada do PMDB.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 765/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel de sua propriedade, no município de Curitiba, bairro São Francisco à Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 1157, conforme especifica. PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 766/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/2002, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2698, de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero alertar aos senhores parlamentares que teremos a necessidade de fazer mais quatro sessões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 771/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 186/2002

I - prover, VINICIUS KURTEN BARATTER, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de novembro de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ROBISON ALVES MATIAS, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de novembro de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, CESAR AUGUSTO CUBIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de novembro de 2002;

IV - prover, ANDRE RAMIRES GALLEGOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de novembro de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 187/2002

I - exonerar, a pedido, ERONI DE FATIMA PAVIM, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabi-

nete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - prover, PAULO SERGIO DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de novembro de 2002;

III - exonerar, a pedido, GRACIELI BRAGA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Eli Ghellere, a partir de 1º de novembro de 2002.

IV - prover, VALDEMAR CARDOSO CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Eli Ghellere, a partir de 1º de novembro de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 188/2002

I - exonerar, a pedido, OSVALDO STAVSKI IANHAKI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - exonerar, a pedido, ROSANE DE FATIMA POLAKOSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de novembro de 2002;

III - prover, LUIZ CARLOS DE LAKA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de novembro de 2002;

IV - prover, RENAN DE OLIVEIRA ALBERINI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de novembro de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 189/2002

I - exonerar, a pedido, ALMIR DE PAULA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Fernando Guimarães, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - prover, JORGE LUIZ ROCHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Fernando Guimarães, a partir de 1º de novembro de 2002;

III - exonerar, a pedido, HELENE MARIE MARTINEZ DE LA ROSA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 2002;

IV - exonerar, a pedido, ORLANDO MICHELS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 2002;

V - exonerar, a pedido, NILSON LUIZ FIORI FILHO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 2002;

VI - prover, CARLOS ALBERTO TIRANDELI JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de novembro de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 190/2002

I - exonerar, a pedido, CLAUDIA DUMAS DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ EVANGELISTA PRADO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002;

III - exonerar, a pedido, JORGE PEDRO DOS REIS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002;

IV - prover, ARISTÓTELES MAIA KOTSIFAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002;

V - prover, UALID HUSSEIN ALI MOHD, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 191/2002

I - prover, DONIZETE APARECIDO DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - prover, SANDRA MARIA FRANÇA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002;

III - exonerar, a pedido EDÉZIO TEIXEIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002;

IV - prover, ELIZABETE TEIXEIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002;

V - prover, MARIA JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de novembro de 2002.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.12.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 193/2002

I - exonerar, a pedido, SANTINA SIOLIN FERREIRA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - exonerar, a pedido, ROSENI APARECIDA FILAZ, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de novembro de 2002.

(Prot. nº 9350/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 194/2002

I - exonerar, a pedido, PAULO GOMES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - prover, CARLOS EDUARDO DE MUNHOZ FURTADO, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de novembro de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 9366/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.11.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 195/2002

Exonerar, a pedido, APARECIDA MENEZES VENANCIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de novembro de 2002.

(Prot. nº 9372/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 196/2002

I - exonerar, a pedido, EUNICE DE ALMEIDA PALMAR, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - prover, CRISTIANE DA ROCHA PARANHOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de novembro de 2002.

(Prot. nº 9375/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 197/2002

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de novembro de 2002, conforme especifica:

MELISSA AIRES CARVALHO;
FERNANDO FERRARI MESTRE;
EDUARDO QUEIROZ OLIVEIRA VENANCIO;
CARLOS HENRIQUE PREUSSLER;
CLEBER GEIR ROCHA;
EDILAINE BELINATI GARCIA PERES.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 198/2002

I - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de novembro de 2002, conforme especifica:

GENARD DE ALBUQUERQUE BARRETO;
MARLUCE DUTRA DE SOUZA ANDRADE.

II - prover, CINTHYA SALLES BELINATI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1Gp-3, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de novembro de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 199/2002

Exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de novembro de 2002, conforme especifica:

MALVINA DE FATIMA BARBOSA ARRUDA FALCÃO;
JANETE VARGA DE SOUZA;
MARIA DA PAZ DE SENA BASSO;
DIRCEU PAVONI;
ANA PAULA DE LIMA;
CLAUDIR DE ARAUJO;
FRANCISCO FERNANDES DE ARAUJO;
ADRIANO ROBERTO RIBAS;
CLAUDIO ALVES PEREIRA.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 200/2002

I - prover, KARINA DE FATIMA PINTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - prover, DANILO BISCOTTO CASTRO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de novembro de 2002;

III - prover, ODAIR JOSÉ BRANCO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de novembro de 2002;

IV - prover, DENNYS ROBSON GIRARDI, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de novembro de 2002;

V - prover, NELISE CRISTIANE DALPRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de novembro de 2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 201/2002

I - exonerar, a pedido, RUBENS NEVES do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Augustinho Zucchi, a partir de 1º de novembro de 2002;

II - exonerar, a pedido, OSVALDO ROQUE FRIGERIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de novembro de 2002.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.11.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDIR ROSSONI - 1º Secretário
ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário